

História da Guerra Colonial ou História das Sombras? 05. 2/6/88

A “Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África”, livro editado pelo Estado-Maior do Exército, caracteriza-se pelas omissões e silêncios, pelas cumplicidades afirmadas ou implícitas, pelas mistificações

César Oliveira

1 Saiu há poucos dias, editada pelo Estado-Maior do Exército, a *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África* (1961-1974). É o primeiro volume de uma série e este que agora veio a público, refere-se ao «enquadramento geral» e é por isso mesmo de grande importância, pois o seu fio condutor enformará, por certo, o conjunto da obra a publicar. O título começa, ele próprio, por ser claramente significativo; isto é, ao conflito armado que opôs, em três teatros de operações, os movimentos de libertação de Angola, Guiné e Moçambique às Forças Armadas portuguesas, os autores chamam campanhas de África e não guerra colonial. A opção não é meramente terminológica ou inocua. A denominação escolhida pela Comissão encarregada desta «resenha» não pressupõe que as relações entre Portugal e os territórios africanos eram relações de tipo colonial e que, seja com que características tivesse sido revestido, a verdade é que existiu de facto um colonialismo português. De resto, nos anos 30 e depois da promulgação do *Acto Colonial* (só abolido muitos anos mais tarde) as referências às colónias eram sempre acompanhadas pelo termo império e chegou mesmo a haver publicações ofi-

ciosas onde se enalteciam as virtudes da raça. A opção da Comissão que constitui o pano de fundo de todo o livro recusa, assim, e de um modo implícito, a existência da realidade que levou às próprias «campanhas de África», o colonialismo português que a revisão constitucional do princípio dos anos 50 mascarou com a adopção da designação de «provincias ultramarinas», ficção que veio substituir a expressão «colónias portuguesas».

Na página 7 da nota introdutória afirma-se, de resto, algo que se revela definitivo na economia global do trabalho agora publicado: «Como inevitável reflexo da repentina redução de Portugal às suas fronteiras europeias e da crise de identidade daí decorrente...» Ora, esta afirmação vale por si própria e na exacta medida em que pressupõe:

1.º) que as fronteiras de Portugal se situavam nas fronteiras dos territórios coloniais na África, Ásia e Oceania;

2.º) que a «redução repentina» violou a consciência colectiva do povo português que, por sempre ter incorporado tais fronteiras como uma realidade natural por si vivida e sentida, entrou num caso de *crise de identidade nacional*;

3.º) afirma-se expressamente que, após 74/75, se manifestou uma crise de identidade, sem que se demonstre a realidade

de tal existência, os veículos da sua concretização, o seu conteúdo, etc. A afirmação transcrita parte de facto do princípio — tão difundido pelo salazarismo e marcelismo — de que Angola, Cabo Verde ou Timor, por exemplo, eram *exactamente iguais* ao Minho ou ao Algarve seja no quadro jurídico-formal do Estado Novo seja para a identidade cultural colectiva do povo português.

A verdade é que uma das manifestações do colonialismo português consistiu por um lado, e simultaneamente, no esforço pela subalternização e destruição das culturas dos povos coloniais sob domínio português e pela imposição, a diversos níveis, da cultura originária da Metrópole colonizadora. Alguns exemplos:

— o ensino imposto nas escolas primárias e secundárias da História de Portugal anterior ao período da expansão em detrimento de quaisquer referências à História dos povos africanos e à cultura autóctone dos diferentes povos; (eu próprio ouvi, no Liceu de Luanda, no exame de admissão, um miúdo negro afirmar que os «*nostros antepassados foram os Lusitanos*»);

— a imposição do folclore tradicional da Metrópole colonizadora em detrimento da promoção da cultura popular dos povos africanos que, sem ser reprimida ou proibida, não



Transporte de um soldado ferido, em Angola
«Tudo estava controlado» — diz o Estado-Maior do Exército

tinha promoção oficial (eu próprio vi na região dos Dembos — Carmona e Negage — negros e negras vestidos à moda do Minho, dançando o vira com requebros africanos);

— a concepção dos programas liceais, por exemplo no ensino das Ciências da Natureza, sem ter em conta a realidade do meio físico-natural envolvente dos alunos. Isto resultava, por exemplo, na impossibilidade de os alunos construírem *herbários*, segundo os programas, dada a inexistência, em África, de espécies só encontráveis na Europa. O mesmo se passava na Geografia, na instrução primária, onde os miúdos negros eram obrigados a decorar o Ramal da Lamarosa, a Linha do Tua, o Ramal da Trofa a Fafe, etc.

Estas concepções expressas ou implícitas neste volume agora publicado manifestam-se em todo o trabalho e em todos os temas abordados. As acções dos movimentos de libertação são sempre concebidas *como se fossem, inteiramente, exteriores* às populações e violando o seu quotidiano e a sua própria vontade. «Culminando uma intensa acção de subversão que durante este ano exercera sobre a população...» (pág. 111); «Aldeamentos que visavam concentrar as populações e subtraí-las à acção do inimigo...» (pág. 123). Estas afirmações, presentes, através de formulações diversas, ao longo das 532 páginas deste trabalho querem, de facto, demonstrar que:

1.º) os movimentos de libertação eram exteriores às populações e não tinham o seu apoio;

2.º) este carácter exterior violava os sentimentos e os interesses das populações;

3.º) a realidade das «provincias ultramarinas» não justificava qualquer revolta ou o descontentamento das populações. As «campanhas militares» e a guerra encontram explicação no exterior dos territórios coloniais e são o fruto exclusivo das manobras das superpotências, nomeadamente da URSS.

Um outro aspecto revelador desta publicação tem a ver com as referências históricas deste trabalho. Dois exemplos: as campanhas militares em Angola, na segunda década do século XX, onde se realçam as virtudes militares de Alves Roçadas e Pereira d'Eça, e que apenas indicam que foram *campanhas de pacificação*, sem outra qualquer explicação dos motivos que exigiam a pacificação, dos efeitos sociais, económicos e políticos das campanhas, etc., etc.; a reorganização das Forças Armadas de 1937 — empreendida pelo então capitão Fernando Santos Costa, considerada importante, sem referir o nome do seu principal autor e o facto de que tal reforma serviu, além do mais, para submeter inteiramente o Exército à política do Estado Novo e, através da própria reorganização, expurgá-lo de quadros oposicionistas e garantir que os principais comandos e unidades estavam oficiais da confiança política do Estado Novo.

Por outro lado, a questão da Índia e os acontecimentos tão polémicos e controversos que envolveram a invasão, em De-

Este livro pretende alijar responsabilidades dos militares em muitas situações de repressão e opressão nas colónias, e ilibar de culpas o regime

zembro de 1961, e que motivaram a punição, por Oliveira Salazar, de numerosos oficiais (com a cobertura do regime de censura prévia à imprensa) que tratamento merece neste livro? Apenas as seguintes linhas: «Em Dezembro de 1961, verificou-se a invasão por forças regulares da União Indiana — numerosas, bem armadas e equipadas, e apoiadas por meios aéreos e navais — que rapidamente conquistaram o território.» (pág. 104). Porquê esta referência tão lacónica? Então não foi o «exemplo da Índia», que os militares não queriam ver repetido, que constituiu um dos vectores que conduziu à necessidade de derrubar o regime?

Curiosas e estranhas são, também, as referências ao te-

ma «prisioneiros de guerra» (página 248). «O Exército não teve qualquer experiência, durante os 13 anos que duraram as campanhas no tocante à administração de prisioneiros de guerra.» Os autores afirmam que se não aplicava ao «Ultram» a Convenção de Genebra mas que o Exército agiu em «conformidade com os princípios humanitários da Convenção...». A primeira questão que deve colocar-se tem a ver com a contradição evidente destas

sente ao longo de todo o livro, espelha-se na publicação de anexos, como por exemplo nas páginas 408 ou 407, que não são acompanhados de qualquer nota ou esclarecimento e que afirmam, por exemplo, que o «clero progressista e católicos progressistas» se enquadravam nas «organizações subversivas, revolucionárias e progressistas» e que o jornal clandestino *Portugal Socialista* pertencia ao Partido Comunista. Lembramo-nos, a propósito

Nas colónias, a política militar-colonial do conjunto Governo-Forças Armadas não obteve vitórias e foi, no beco sem saída a que conduziu, derrotada sem apelo nem agravo

Porque é que não há *nem uma palavra sequer sobre a incúria do governo de Lisboa e de Oliveira Salazar no que respeita à prevenção dos acontecimentos de Março de 1961, previsíveis desde os acontecimentos referidos para a «baixa de Cassange»?* E isto apenas um exemplo entre os muitos que poderiam ser dados.

Catorze anos depois do termo da guerra este trabalho sob a capa asséptica de uma pseudo-isenção e objectividade, que não escapará a uma leitura, mesmo desatenta, pretende alijar responsabilidades dos militares em muitas situações de repressão e opressão nas colónias — quer se queira quer não as Forças Armadas serviam uma política colonial ao serviço das oligarquias e ao arripio do sentido emancipador da dinâmica mundial do pós-II Guerra — e, o que é mais grave, pretende também ilibar de culpas um regime e um conjunto de dirigentes que não tinham outra política para África sem ser a do prosseguimento da guerra. Este propósito claro ganha relevância porque, exactamente, este livro se ocupa do *enquadramento geral* daquilo que os seus autores) de que se não indicam as qualificações para este trabalho nem o processo de escolha) designam por «campanhas de África». De resto, os militares não *apenas serviram* a política do governo. Eles chegaram mesmo a definir a política colonial. Não foram as presenças dos generais junto ao almirante Américo Thomaz feitas neste sentido?

3 Este livro é, como nota-va um historiador amigo, uma verdadeira *História das Sombras* pelas omissões e silêncios, pelas cumplicidades

afirmadas ou implícitas, pelas mistificações de que dá mostras ao tratar um tema crucial e decisivo da nossa história recente.

E, contudo, este livro merece um debate profundo que não cabe nestas páginas. O autor destas linhas, cumpriu 29 meses de serviço militar em Angola, integrado num Batalhão de Caçadores Especiais. Esteve 29 vezes debaixo de fogo, nomeadamente quando a sua unidade esteve «de intervenção» às ordens do QG de Luanda. Viu homens moribundos, com as tripas de fora, pendurados de árvores depois de rebentamentos de minas. Viu sanzalas e sanzalas destruídas pelo fogo no Norte de Angola. Assistiu em Henrique de Carvalho (hoje creio que se chama Saurimo) e no Camissombo ao conluio efectivo entre as autoridades administrativas (em muitos casos militares) e o poder económico, os grandes das localidades. Ouviu choros, lamentos e palavras de revolta nos jovens militares (soldados e quadros milicianos que, de facto, fizeram a guerra no mato e nas picadas). Viu negros, jovens e velhos, na zona da Diamang, vivendo numa das terras mais ricas do mundo, remexerem no lixo que sobrava dos quartéis à procura da comida que não havia. Ouviu velhos colonos recordarem, com saudade, o tempo das liteiras e dos pretos à espera, como cavalos para muda de malaposta, que o branco carregado aos ombros chegasse aos pontos combinados. Teve a experiência da colaboração da PIDE com a 2.ª repartição do QG de Luanda, experiência que não foi mais dolorosa porque também havia tenentes-coronéis e militares do quadro permanente que sabiam ser dignos, verticais e democratas.



Patrulha, na Guiné
Segundo os autores do livro, os portugueses podiam ir a todos os lugares...

deste último exemplo, qual a cara que fará o Presidente da República, Mário Soares, ao ler este anexo!

Um outro exemplo do tratamento dado ao *inimigo interno* actuando na Metrópole, mas agora no próprio corpo do texto, é o seguinte, em referência aos objectivos de acção psicológica prosseguidos pelo *tal inimigo interno*: «Desacreditando o governo e a sua política. Tornando impopular a luta no Ultramar, convencendo o povo que só pela luta organizada e única poderia satisfazer as suas reivindicações» (pág. 383). Mas afinal que posição tomam os autores sobre a duração da guerra, a ditadura, a luta pela democracia, a política africana dos governos de Salazar e Caeetano? Nenhuma, parece ser a intenção; mas, na verdade e de facto, esta passagem como muitas outras indicam a identificação dos autores, com a *chancela institucional* do Estado-Maior do Exército, com o Estado Novo, com as suas concepções, com o conceito latino-americano da segurança interna e do inimigo interno (teorizado pelo general brasileiro Couto), com a política colonial prosseguida durante a guerra. Se não fora assim como explicar a ausência, ao menos nos Anexos referidos, de uma simples nota para datar no tempo, as afirmações nele produzidas?

2 A questão central deste livro, para além do *fait-divers* relativo às baixas, que foram tanto do agrado da imprensa e da curiosa e divertida informação televisiva, são as conclusões sobre a situação militar em cada um dos três teatros de operações, nos anos de 1973/74. Com efeito, o livro afirma que em Angola tudo estava controlado, em Moçambique a situação só era crítica no distrito de Tete e na Guiné as tropas portuguesas, com distintos meios de segurança, podiam ir a todos os locais. Em resumo, para os autores do livro, em 1973/74 — e apesar da utilização de mísseis terra-ar, pelo PAIGC — ter conduzido ao auge da sua acção *terrorizante*

difíceis os movimentos da força aérea» (pág. 119) — nada fazia prever a repetição de outros casos da Índia tanto mais que a dinâmica económica no Ultramar era muito positiva. É certo que os autores confessam «a dificuldade em obter, como no passado, uma vitória total a curto prazo» que residia «nas características novas deste tipo de guerra» (pág. 123). Estas afirmações, que obviamente devem conjugar-se porque se integram num todo analítico e explicativo, pretendem demonstrar que a *redução repentina de Portugal às suas fronteiras europeias* (processo resultante do 25 de Abril de 1974) se realizou contra uma situação militar controlada, donde não provinham ameaças? Pretende demonstrar-se que nas circunstâncias descritas para 1973/74, o 25 de Abril foi uma traição aos interesses nacionais? Pretende demonstrar-se a possibilidade, como no passado, de uma vitória militar a médio ou longo prazo? Pretende demonstrar-se que os inimigos, interno e externo, foram os únicos responsáveis pela perda das «províncias ultramarinas»?

É óbvio que os autores do livro não respondem às questões que deixámos formuladas, *mas as concepções políticas que presidiram ao trabalho e o seu espírito essencial induzem a respostas implícitas e que só poderão ser, sem sombras de dúvidas, afirmativas*. No entanto, nas colónias a política militar-colonial do conjunto governo-FF.AA não obteve vitórias e foi, no beco sem saída a que conduziu, derrotada sem apelo nem agravo.

E esta conclusão, de que assumimos a responsabilidade sem qualquer receio de contradição, ganha relevo dado que nunca, ao longo do trabalho, se faz qualquer referência à exploração económica das populações africanas, à repressão política quer em Portugal quer nas colónias, às manifestações concretas contra o regime colonial, como as ocorridas no porto que serve Bissau e que deram origem ao PAIGC, às contradições internas do Esta-

afirmações. Na verdade, se às FF.AA. não competia a administração de prisioneiros por que é que eles agiram sempre em conformidade com os princípios humanitários da Convenção de Genebra? A razão desta contradição reside no facto sabido de que as FF.AA. *faziam de facto prisioneiros* e que eram interrogados pelos militares encarregados das informações e das operações militares (ao nível da implantação de batalhões e de comandos de sector). Era obrigatória a entrega de prisioneiros à DGS após 24 horas da sua detenção, mas a verdade é que houve prisioneiros detidos durante várias semanas e meses. A verdade é que eles foram interrogados, ameaçados e, eventualmente, torturados. Não é verdade que foram êxito editorial, nos meios militares, os livros sobre a Indochina e a Argélia do francês Larteguy? Em S. Salvador, em Cuimba, Maquela do Zombo tenho eu próprio conhecimento de prisioneiros detidos bastante tempo. Alguns deles acompanharam como prisioneiros, operações militares nas matas do Luvo ou na serra da Canda. Porque a mistificação dos autores do livro ao afirmarem, o que é verdade incompleta, que os militares não «administram nenhum campo de prisioneiros»?

Uma outra constante é a consideração como *inimigo* das forças políticas de oposição ao regime e de oposição à guerra colonial, mesmo quando vistas como forças agindo no território metropolitano. Esta concepção que mais não é que uma das faces da mesma moeda pre-